CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA
APROVADO c/ 3 abst. 1 CDU 2 PSD
em reunião de 22/05/2018 1 abst. do PS
O Presidente

2018 abril 19

--- ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AZAMBUJA DO DIA 19 DE ABRIL DE 2018. ----------

---- **LOCAL DA REUNIÃO** –Salão Nobre dos Paços do Concelho. ----------

--- A reunião teve início às nove horas e trinta minutos e estiveram presentes, pelo Grupo do PS, o Sr. Presidente Luís Manuel Abreu de Sousa e os Srs. Vereadores Sílvia Margarida Narciso Vitor, Silvino José da Silva Lúcio e António José Matos, pelo Grupo do PSD os Srs. Vereadores Rui Pedro Figueiredo Corça e Maria João Martins Canilho de Sousa e, pela CDU, o Sr. Vereador David Pinto Mendes. ----------

--- Secretariou a reunião a Diretora do Departamento Administrativo e Financeiro, Maria Irene Lameiro. -----

----------**ORDEM DO DIA** ----------

--- 1. Proposta Nº6 /P/2018 – Relatórios de Gestão e Demonstrações Financeiras – 2017 ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- "Considerando o previsto na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.----------

--- Considerando o disposto nos art.os 75.º e 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro. ----------

--- Propõe-se: ----------

--- 1. a aprovação do Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras (Documentos de Prestação de Contas) relativos ao exercício de 2017; ----------

--- 2. o posterior envio, à Assembleia Municipal, dos documentos acima referidos, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro." ----------

--- O Sr. Presidente apresentou os Documentos de Gestão respeitantes a 2017 declarando que, relativamente à execução orçamental, em 2017 as Receitas arrecadadas pelo Município totalizaram 16.979 milhares de euros, sendo que 96,8% corresponderam a receitas correntes e 3,2% a receitas de capital. As receitas diminuíram 0,3% relativamente a 2016, mas, nesse ano, foi contraído um empréstimo para substituição da dívida do PAEL no montante de 2.578.705,95. Por outro lado, verificou-se uma cobrança extraordinária de IMT no valor de 2.233 milhões de euros. O nível de execução orçamental da Receita foi 115,3%. ----------

--- Relativamente à Despesa, o valor dos pagamentos efetuados, em milhares de euros, foi de 15.613, ficando 7.684 afetos às Grandes Opções do Plano (PPI+PAM), 1.934 milhares de euros ao serviço da divida e 5.995 ao Funcionamento dos Serviços. Houve uma diminuição da despesa de 8,2% que se ficou a dever, também, à operação de substituição do PAEL realizada em 2016. A execução orçamental da Despesa alcançou os 88 %. Os agrupamentos da Despesa com maior peso foram as Despesas com o Pessoal (35,1%), a Aquisição de Bens e Serviços Correntes (22,1%) e a Aquisição de Bens de Capital (19,0%). De realçar o esforço realizado em canalizar recursos para o Investimento, que aumentou 49,3% relativamente a 2016. O Saldo da Gerência que transitou para 2018 foi 4.373.548,77 euros. ----------

--- Quanto à Situação Económica e Financeira, o Resultado Líquido do Exercício foi positivo na ordem dos de 9.191 milhares de euros. O prazo médio de pagamento é 1 dia. A Dívida Total de Operações Orçamentais reduziu 12,9% relativamente a 2016, o que permitiu a melhoria da margem face ao Limite da Divida Total em 69%. Cumpriu-se a imposição do Orçamento de Estado de 2017 relativamente à Redução do Endividamento – isto por não termos sequer pagamentos em atraso. Foi também cumprida a regra do equilíbrio orçamental.

--- Relativamente aos Recursos Humanos, o efetivo da Câmara era, em dezembro de 2017, de 314 trabalhadores (mais 22 trabalhadores face a 2016). Registou-se um aumento nas despesas com pessoal insignificante, na ordem de cerca de 40 mil euros, ou seja 0,73%. Ao longo do ano de 2017, ocorreram 38 entradas de trabalhadores, sendo que 31 derivaram de procedimentos concursais (1 técnico superior de direito, 8 cantoneiros de limpeza, 4 sapadores florestais, 1 coveiro, 1 tratorista e 16 auxiliares de ação educativa). Inversamente ao que aconteceu no ano de 2016, em 2017 houve um aumento de 16% no absentismo derivado, essencialmente, de situações de doença prolongada. Quanto à Formação Profissional registaram-se 122 participações, 53 em ações externas e 69 em ações organizadas pela Câmara. ----------

--- Interveio o Sr. Vereador David Mendes dizendo que como de hábito a CDU se absteria na votação de documentos desta natureza, independentemente de quem os realizara. Considerou que a responsabilidade dos erros e omissões seria dos Presidente e Vereadores em funções. Criticou a complexidade dos documentos e valores apresentados e a dificuldade na sua interpretação. Chamou a atenção para a diferença de valor entre as verbas transferidas para as coletividades e instituições e o valor transferido para as Juntas de Freguesia, considerando a importância das funções desempenhadas por estas últimas, considerou tal valor manifestamente insuficiente. Manifestou preocupação com o absentismo, que considerou muito elevado sendo que os valores representavam na ordem de 42 trabalhadores um ano inteiro fora do serviço, disse que a CMA teria de verificar o que se estaria a passar. Disse que se a Câmara tinha dinheiro este deveria ser empregue com critério e responsabilidade. Mostrou ainda preocupação com o que tem vindo a ser divulgado quanto a aquisições de imóveis, designadamente no respeitante ao alargamento do Largo da República. ----

--- O Sr. Presidente confirmou haver projetos em estudo, contudo, os meios financeiros existentes são para ser aplicados criteriosamente na medida em que a arrecadação de receitas nem sempre pode ter o mesmo nível. ----------

--- O Sr. Vereador Rui Corça iniciou a sua intervenção declarando que tecerá, apenas, considerações de natureza critica de cariz político (não técnico). O documento em apreço não passa de um relato de atividades, sem qualquer juízo critico, não do ponto de vista financeiro, mas do das métricas de execução de objetivos. Chama a atenção para os valores do absentismo que, face ao crescimento, poderão eventualmente, ter a ver com as condições de trabalho dos colaboradores. As receitas são atípicas em termos de impostos indiretos (peso superior ao das transferências), o que coloca no executivo uma responsabilidade acrescida relativamente à forma/critério de aplicação de recursos, havendo necessidade de uma estratégia clara em investir no desenvolvimento do concelho. Quanto à subscrição da declaração de responsabilidades, tanto relativamente a este mandato como ao anterior, a Câmara delegou competências no Presidente ao nível, por exemplo, das aquisições, o que retira ao órgão decisões com impacto financeiro e contribui para a falta de transparência. Não concordando com esta forma de gestão, não concorda com o relatório e os vereadores do PSD não assumem qualquer responsabilidade relativamente às Contas, a qual considera ser de assumir pelo Sr. Presidente. ----------

--- O Sr. Presidente declarou esperar a exposição do Sr. Vereador e afirmou que assume as decisões tomadas com base em delegações de competências. Considera haver algum constrangimento por parte da oposição decorrente do trabalho que tem vindo a ser realizado. - ----------

--- O Sr. Vereador Silvino Lúcio defendeu que o Partido Socialista tem uma estratégia definida – a revisão do PDM, é um exemplo. Os bons resultados financeiros não são controlados pela Câmara, por exemplo, a receita dos impostos diretos, mas isso, é um sinal de que a economia vai no bom caminho. Quanto à falta de transparência convém lembrar que há vários órgãos e entidades a sufragar a atividade da Câmara e as decisões do Presidente. ----------

--- O Sr. Vereador David Mendes disse considerar que existem dois PS em Azambuja, um mais conservador. O facto de manter saldos e receber dois milhões, levou a que o PS fosse para eleições com condições diferentes dos outros partidos. ----------

--- O Sr. Vereador Rui Corça declarou que o facto de haver um só negócio que gerou o montante recebido em impostos não demonstra qualquer desenvolvimento económico. Mais, o afirmar que está à espera da revisão do PDM para ter estratégia, implica dizer que não há estratégia. Quanto à transparência, acha que esta fica diminuída quando é o Presidente a decidir aquisições até ao valor de aproximadamente 748 milhares de euros, em lugar das mesmas serem tomadas pelos sete elementos que constituem o executivo municipal. -

--- O Sr. Vereador António José Matos afirmou discordar das declarações quanto à inexistência de estratégia e que a mesma é definida pelos técnicos. Lembra que, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, esteve presente em várias reuniões para análise aprofundada quanto a estrangulamentos e definição de estratégias para o município no âmbito da revisão do PDM. Defende, assim, o PDM, o qual está a ser feito em função das necessidades do município, uma vez estas identificadas cuidadosamente. A estratégia tem vindo a ser definida também com os contributos das empresas, não só por quem está a tempo inteiro. ----------

--- Por seu turno, o Sr. Vereador David Mendes considerou que o PDM, só por si, não vem resolver problemas. Mais, uma vez revisto, trará mais problemas ao município. Os erros técnicos do PDM em vigor já poderiam ter sido resolvidos há anos e o PS tem enormes responsabilidades nessa demora. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº 6/P/2018 foi aprovada com quatro votos a favor do PS, uma abstenção da CDU e dois votos contra do PSD--- O Sr. Vereador Rui Corça apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve: *"Sr. Presidente a nossa Declaração de voto é a intervenção que fiz há pouco e que justificou a nossa votação."* ----------

--- 2. Proposta Nº7 /P/2018 – Aplicação de Resultados Líquidos do Exercício – 2017. ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- *"Considerando:* ----------

--- *o disposto no ponto 2.7.3. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que determina a forma de aplicação dos resultados do exercício.* ----------

--- *PROPONHO:* ----------

--- *1. a transferência do resultado líquido do exercício no valor de 9.191.302,95€ para a conta 59-Resultados transitados;* ----------

---*2. o reforço das Reservas Legais pelo montante de 459.570€;* ----------

---*3. o reforço do Património pelo montante de 8.731.732,95€."*----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº7 /P /2018 foi aprovada com quatro votos a favor PS e três abstenções CDU e PSD. ----------

--- **3. Proposta Nº8 /P/2018 – Modificação ao Orçamento – 1ª Revisão ao PPI /PAM e Orçamentos da Receita e da Despesa.** ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- *"Considerando:* ----------

--- *a viabilidade legalmente prevista de aplicação dos saldos relativos à Gerência anterior através de uma Modificação ao Orçamento, revestindo esta a forma de Revisão Orçamental;* ----------

--- *o valor do saldo da Gerência de 2017: 4.373.548,77 €.* ----------

--- *PROPONHO:* ----------

--- *1. A aprovação de uma Modificação ao Orçamento, materializada na 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos, ao Plano de Atividades Municipais e aos Orçamentos da Receita e da Despesa, nos termos da alínea c) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;* ----------

--- *2. Que a deliberação a aprovar esta proposta seja sujeita à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea referida no ponto anterior, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. "* ----------

--- O Sr. Vereador Rui Corça declarou que o PSD se abstinha por a proposta consubstanciar as decisões do PS e por não haver disponibilidade para a recolha de contributos do PSD para o documento. ----------

--- O Sr. Vereador David Mendes disse que a estratégia do PS era muito difusa, baseando a sua afirmação na necessidade de intervenção em estradas e no facto dos concursos necessários não terem sido lançados no início do ano. ----------

--- O Sr. Presidente informou que os concursos só podem ser lançados havendo dotação orçamental disponível. ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº8 /P /2018 foi aprovada com quatro votos a favor PS e três abstenções CDU e PSD. ----------

--- **4. Proposta Nº 9/P/2018 – Fundo de Caixa – AVINHO- Ratificação de Despacho** ----------

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: ----------

--- *"Considerando:* ----------

--- *1. a aprovação da proposta n.º 12/VAJM/2018, na reunião de Câmara realizada no dia 10 de abril de 2018, e a presença do Município de Azambuja com um stand institucional na XIII edição da ÁVINHO – Festa do Vinho e das Adegas, no qual será comercializado merchandising alusivo à Festa;* ----------

--- *2. que o Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as respetivas alterações (POCAL) permite, em casos de reconhecida necessidade, a constituição de Fundos Fixos de Caixa visando exclusivamente facilitar trocos a serviços responsáveis por cobrança em locais distintos da Tesouraria;* ----------

--- *3. o estabelecido, no que concerne à constituição de Fundos de Caixa, no POCAL, no artº 23 da Norma de Controlo Interno (Proposta 80/P/2014 aprovada em 22 de julho) e no Regulamento de Constituição e Reposição de Fundos Fixos de Caixa aprovado em reunião de Câmara Municipal de 22 de janeiro de 2007.* ---

--- *Proponho a ratificação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 13 de abril de 2018 a autorizar a constituição de um Fundo Fixo de Caixa, no valor de trinta euros, a atribuir a Nuno Carapinha, para utilização no stand institucional da Ávinho, a decorrer nos dias 13 a 15 de abril de 2018.* ----------

--- *A reposição será realizada de acordo com o Regulamento respetivo, no dia útil imediatamente seguinte à conclusão da Ávinho."* ----------

--- Uma vez posta a votação a Proposta Nº 9/P /2018 foi aprovada por unanimidade. ----------

--- **INTERVENÇÕES DO PÚBLICO** ----------

--- Interveio o Dr. Loureiro, em nome da Associação Humanitária de Bombeiros de Alcoentre que deu conhecimento da carência de equipamentos designadamente de desencarceramento. ----------

--- O Sr. Presidente deu conhecimento que a situação está em análise para ser contemplada. ----------

--- **ENCERRAMENTO** ----------

--- Eram onze horas e trinta minutos quando o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. ----------

--- Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo Sr. Presidente e pela Diretora do Departamento Administrativo Maria Irene Lameiro, sob cuja responsabilidade foi elaborada. ----------